

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM
GARANTIA REAL, EM 3 (TRÊS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM
ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO**

Entre

MAIS PRÓXIMA COMERCIAL E DISTRIBUIDORA S.A.
como Emissora

e

PENTÁGONO S.A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
como Agente Fiduciário, representando a comunhão de Debenturistas

Datado de
06 de Setembro de 2012



A handwritten signature or mark in the bottom right corner, consisting of a stylized 'r' or similar character.

ÍNDICE

CLÁUSULA I AUTORIZAÇÃO.....	4
CLÁUSULA II REQUISITOS.....	4
CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO	5
CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES.....	8
CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA.....	16
CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL, RESGATE PARCIAL FACULTATIVO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA	16
CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO	18
CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA	23
CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO	31
CLÁUSULA X ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS.....	39
CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA	40
CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS	45

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM
GARANTIA REAL, EM 3 (TRÊS) SÉRIES, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM
ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO

Pelo presente instrumento particular:

MAIS PRÓXIMA COMERCIAL E DISTRIBUIDORA S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM – Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Cidade de São Paulo, Estado São Paulo, na Avenida Pedrosa de Moraes, nº 1553, 6º andar, conjunto 61, Alto de Pinheiros, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 11.692.628/0001-11, neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“Emissora” ou “Companhia”); e

PENTÁGONO S.A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, representando a comunhão de titulares das debêntures objeto da presente Emissão (“Debenturistas”), neste ato representada por seu(s) representante(s) legal(is) devidamente autorizado(s) e identificado(s) nas páginas de assinaturas do presente instrumento (“Agente Fiduciário”);

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como “Partes” e, individual e indistintamente, como “Parte”,

vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar o presente “Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em 3 (três) Séries, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Companhia (“Escritura”), mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura, ainda que posteriormente ao seu uso.

1. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

- 1.1. De acordo com o Estatuto Social da Companhia atualmente em vigor, a mesma tem como objeto social: a representação comercial e a distribuição multicanal (ou seja, nos segmentos denominados de “B2B – Business to Business” e “B2C – Business to Consumer”) de produtos eletroeletrônicos, cama, mesa e banho, materiais de

construção, bicicletas, móveis e outros, bem como prestar serviços ou participar em sociedades que atuam em tais segmentos;

2. AUTORIZAÇÃO DA EMISSORA

2.1. A presente Escritura é firmada com base nas deliberações da Assembleia Geral Extraordinária da Companhia em reunião realizada em 03 de setembro de 2012 ("AGE"), na qual foram deliberadas: (a) a aprovação da Emissão, bem como de seus termos e condições; (b) a aprovação do penhor de estoque de bens diversos no montante equivalente a até 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor, nos termos do Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Bens e Outras Avenças, a ser celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário; (c) a aprovação da cessão fiduciária de recebíveis diversos no montante equivalente a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor, nos termos do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Recebíveis e Outras Avenças", a ser celebrado entre a Companhia e o Agente Fiduciário; e (b) a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações consubstanciadas na AGE; tudo em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

3. REQUISITOS

3.1. A Emissão será feita com observância aos seguintes requisitos:

3.1.1. *Arquivamento e publicação dos atos societários.* A ata da AGE Emissora será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no Diário Comércio Indústria & Serviços;

3.1.2. *Registro para distribuição e negociação.* As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("SDT" e "CETIP", respectivamente), sendo a distribuição liquidada através da CETIP, e (b) negociação no mercado secundário por meio do SND – Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), sendo as negociações liquidadas na CETIP;

3.1.3. *Registro da Escritura de Emissão e de seus aditivos:* A presente Escritura de Emissão, assim como seus eventuais aditivos, deverá ser registrada na JUCESP, nos termos do artigo 62 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, ("**Lei das Sociedades por Ações**");

3.1.4. *Comunicação à CVM.* O encerramento da Oferta deverá ser comunicado à CVM, na forma do artigo 8º da Instrução CVM 476, da Instrução CVM nº 134, de 1º de novembro de 1990, conforme alterada ("**Instrução CVM 134**"), da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada e da Lei das Sociedades

por Ações, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes, em até 5 (cinco) dias contados da data de encerramento da Oferta;

3.1.5. *Registro dos Contratos de Garantia.* O Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Bens e Outras Avenças e Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Recebíveis e Outras Avenças deverão ser registrados respectivamente no (i) cartório de Registro de Imóveis da localização dos bens e no cartório de Registro de Títulos e Documentos de domicílio da Emissora.

3.1.6. *Registro na CVM.* A Oferta está automaticamente dispensada de registro na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação; e

3.1.7. *Registro na Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais ("ANBIMA").* A Oferta está automaticamente dispensada de registro na ANBIMA, nos termos do Parágrafo 1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("**Código de Regulação ANBIMA**").

3.1.8. Não obstante o descrito na Cláusula 3.1.2 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas nos mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias da data de sua subscrição ou aquisição pelo Investidor Qualificado, conforme disposto nos artigos 13 a 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

4. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

4.1. Número da Emissão

4.1.1. A Emissão objeto da presente Escritura constitui a 1ª emissão pública de debêntures da Companhia.

4.2. Valor Total da Emissão

4.2.1. O valor total da Emissão é de até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais), na Data de Emissão.

4.3. Séries

4.3.1. **Número de Séries.** Emissão será realizada em 3 (três) séries, com subordinação integral da 2ª série face às demais.

4.3.2. **Valor das séries.** Cada série terá o valor de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais)

4.3.3. **Subordinação.** A 2ª série será integralmente subordinada às demais séries.

4.4. Destinação dos Recursos

4.4.1. Os recursos captados pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão utilizados para financiamento de capital de giro e alongamento do passivo.

4.5. Colocação e Procedimento de Distribuição

4.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob regime de melhores esforços de colocação da totalidade das Debêntures, com a intermediação da Indusval S.A. CTVM do Brasil ("Coordenador Líder") e de outras instituições financeiras autorizadas a operar no sistema de distribuição de valores mobiliários que eventualmente venham a ser convidadas pelo Coordenador Líder, em comum acordo com a Emissora, para participar da distribuição pública, com esforços restritos de colocação das Debêntures, nos termos da Instrução CVM 476, nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Melhores Esforços de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em 3 (três) Séries, da 1ª Emissão Pública da Companhia, a ser celebrado entre a Companhia e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição").

4.5.2. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476, conforme previsto no Contrato de Distribuição. Para tanto, o Coordenador Líder e as demais instituições intermediárias que eventualmente venham a participar da distribuição pública, com esforços restritos de colocação das Debêntures, poderão acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

4.5.3. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita, serão considerados "Investidores Qualificados" aqueles investidores referidos no artigo 109 da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409"), observado que: (a) todos os fundos de investimento serão considerados investidores qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (b) as pessoas naturais e jurídicas mencionadas no inciso IV do artigo 109 da Instrução CVM 409 obrigatoriamente subscreverão e integralizarão, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.5.4. As Partes comprometem-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

4.5.5. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Oferta Restrita a qualquer investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Oferta Restrita, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

4.5.6. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Oferta Restrita, sendo que o Coordenador Líder, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizará o plano de distribuição nos termos da Instrução CVM 476, tendo como público alvo Investidores Qualificados apenas, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476.

4.5.7. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir as Debêntures.

4.5.8. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

4.5.9. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, dentre outras coisas, estar ciente de que: (i) a Oferta não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável.

4.6. Banco Mandatário

4.6.1. O banco mandatário da Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Egydio de Souza Aranha, nº 100, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Mandatário na prestação dos serviços relativos às Debêntures).

4.7. Instituição Escrituradora.

4.7.1. A instituição Escrituradora será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida

Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 10º andar, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-53 ("Instituição Escriuturadora").

4.7.2. A Instituição Escriuturadora será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures.

5. CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

5.1. Características Básicas

5.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins de direito e efeitos, as emissões das séries das Debêntures ocorrerão em 06 de Setembro de 2012 para a 1ª série; 08 de Outubro de 2012 para a 2ª série e 08 de Novembro de 2012 para a 3ª série. (individualmente, "Data de Emissão").

5.1.2. **Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia.

5.1.3. **Espécie** As Debêntures de todas as séries serão da espécie com garantia real.

5.1.4. **Garantias:** As Debêntures terão garantia de (i) Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em montante mínimo de 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor, formalizada através e nas condições descritas no Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Recebíveis e Outras Avenças e (ii) Penhor de bens em montante equivalente a até 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor formalizado através do Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Bens e Outras Avenças, sendo que a soma das garantias (i) e (ii) supracitadas deverá corresponder a todo momento a no mínimo 100% (cem por cento) do saldo devedor das Debêntures.

5.1.5. **Forma e Comprovação de Titularidade:** as Debêntures serão simples, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados ou cautelas, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela instituição escriuturadora; adicionalmente, será expedido pela CETIP, extrato em nome do debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures, quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP.

5.1.6. **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures da 1ª, 2ª e 3ª séries vencerão em 06 de Setembro de 2015 ("Data de Vencimento"), ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e de resgate antecipado descritos nessa Escritura. Por ocasião da Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao resgate das Debêntures em Circulação com o seu conseqüente cancelamento, mediante o

pagamento do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior até a Data de Vencimento, sem prejuízo da cláusula 8.

5.1.7. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário de cada Debênture será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão reais), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”), observado o disposto no item 4.5.3 acima.

5.1.8. **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas até 30 (trinta) Debêntures. Sendo certo que cada série corresponderá a até 10 (dez) Debêntures.

5.2. Remuneração

5.2.1. **Atualização Monetária:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente.

5.2.2. **Juros Remuneratórios:** as Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, correspondentes a variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos CDI (“Certificados de Depósito Interbancário”) de um dia, “over extra-grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de um spread anual de 5,0% (cinco inteiros por cento), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos a partir da data de emissão de cada série até a data de seu efetivo pagamento, ou, se for o caso, na data da liquidação antecipada resultante de um Evento de Vencimento Antecipado ou Resgate Antecipado, conforme definido nesta Escritura.

5.2.3. Observada a periodicidade prevista na Cláusula 5.4 abaixo, os Juros Remuneratórios serão pagos em cada Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios (ou na data da liquidação antecipada das Debêntures resultante do resgate antecipado facultativo das Debêntures, nos termos da Cláusula 7 desta Escritura, ou do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 8 desta Escritura, conforme aplicável).

5.2.4. Se, na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura, não houver divulgação das taxas médias diárias dos CDI, será aplicada na apuração dos Juros Remuneratórios as últimas taxas médias diárias dos CDI utilizadas, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior das taxas médias diárias dos CDI que seria aplicável. Se a não divulgação das taxas médias diárias dos CDI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, ou caso seja

extinto, ou haja a impossibilidade legal de aplicação das taxas médias diárias dos CDI a quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora decorrentes desta Escritura, aplicar-se-á o disposto nas Cláusulas 5.2.5, 5.2.6 e 5.2.7 abaixo:

5.2.5. No caso de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação às Debêntures, ou determinação judicial, aplicar-se-á no lugar das taxas médias diárias dos CDI, automaticamente, a taxa substituta que venha a ser adotada pelos agentes de mercado para operações similares. Caso não haja uma taxa substituta para as taxas médias diárias dos CDI, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis a contar do evento, convocar a Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos estipulados na Cláusula 11 desta Escritura e no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações), para a deliberação, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios que serão aplicados, observado o disposto na Cláusula 5.2.6 abaixo.

5.2.6. Caso não haja acordo sobre o novo parâmetro a ser utilizado para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures não subordinadas em Circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário (ou Saldo do Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate, calculados *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão (ou da Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme aplicável). Nesta alternativa, para cálculo dos Juros Remuneratórios com relação às Debêntures a serem resgatadas, será utilizado para a apuração dos Juros Remuneratórios o valor das últimas taxas médias diárias dos CDI utilizadas, observadas ainda as demais disposições previstas na Cláusula 5.2.1 e seguintes desta Escritura para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios.

5.2.7. Não obstante o disposto acima, caso as taxas médias diárias dos CDI venham a ser divulgadas antes da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, esta não será mais realizada e as taxas médias diárias dos CDI então divulgadas, a partir da respectiva data de referência, será utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios.

5.2.8. Para fins da presente Escritura, a expressão “Dia(s) Útil(eis)” significa qualquer dia, exceção feita aos sábados, domingos e feriados nacionais.

5.2.9. Para fins da presente Escritura, a expressão “Saldo do Valor Nominal Unitário” significa o Valor Nominal Unitário das Debêntures remanescente após cada Data de Amortização ou pagamento de juros.

5.2.10. Cálculo da Remuneração. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{FatorJuros} - 1)$$

onde,

J = valor dos Juros Remuneratórios devidos ao final de cada Período de Capitalização, calculado com seis casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures informado/calculado com seis casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros, calculado com nove casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = (\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$$

onde,

FatorDI = produtório das Taxas DI_k, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com oito casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde,

k = número de ordens das Taxas DI, variando de um até n_{DI}.

n_{DI} = número total de Taxas DI, consideradas na apuração do “FatorDI”, sendo “n_{DI}” um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI_k, de ordem k, expressa ao dia, calculado com oito casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

DI_k = Taxa DI, de ordem k, expressa na forma percentual, divulgada pela CETIP, válida por um Dia Útil (*overnight*), utilizada com duas casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com nove casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = (\text{spread} + 1)^{\frac{DP}{252}}$$

onde,

spread = 0,0500 (cinco centésimos); e

DP = número de Dias Úteis entre a Data de Emissão de cada série ou a Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “DP” um número inteiro.

Observações:

- (a) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 casas decimais, sem arredondamento;
- (b) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (c) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com oito casas decimais, com arredondamento;
- (d) O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com nove casas decimais, com arredondamento;
- (e) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma; e
- (f) Para fins de cálculo da Remuneração das Debêntures, define-se “Período de Capitalização” como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão de cada série, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do próximo pagamento da Remuneração.

5.3. Amortização do Valor Nominal Unitário

5.3.1. O Valor Nominal das Debêntures de cada série será amortizado mensalmente, ocorrendo a primeira amortização de cada série em 06 de abril de 2013 e demais conforme fluxo abaixo descrito:

Data de Vencimento	Parcela de Amortização	Percentual Amortizado do Valor Nominal Unitário de Emissão		
		Série 1	Série 2	Série 3
		Data de Emissão 06/09/2012	Data de Emissão 08/10/2012	Data de Emissão 08/11/2012
06/04/2013	1 ^a	3,33%	3,33%	3,33%
06/05/2013	2 ^a	3,33%	3,33%	3,33%
06/06/2013	3 ^a	3,33%	3,33%	3,33%
06/07/2013	4 ^a	3,33%	3,33%	3,33%
06/08/2013	5 ^a	3,33%	3,33%	3,33%
06/09/2013	6 ^a	3,33%	3,33%	3,33%
06/10/2013	7 ^a	3,33%	3,33%	3,33%
06/11/2013	8 ^a	3,33%	3,33%	3,33%
06/12/2013	9 ^a	3,33%	3,33%	3,33%
06/01/2014	10 ^a	3,33%	3,33%	3,33%
06/02/2014	11 ^a	3,33%	3,33%	3,33%
06/03/2014	12 ^a	3,33%	3,33%	3,33%
06/04/2014	13 ^a	3,33%	3,33%	3,33%
06/05/2014	14 ^a	3,33%	3,33%	3,33%
06/06/2014	15 ^a	3,33%	3,33%	3,33%
06/07/2014	16 ^a	3,33%	3,33%	3,33%
06/08/2014	17 ^a	3,33%	3,33%	3,33%
06/09/2014	18 ^a	3,33%	3,33%	3,33%
06/10/2014	19 ^a	3,33%	3,33%	3,33%
06/11/2014	20 ^a	3,33%	3,33%	3,33%
06/12/2014	21 ^a	3,33%	3,33%	3,33%
06/01/2015	22 ^a	3,33%	3,33%	3,33%
06/02/2015	23 ^a	3,33%	3,33%	3,33%
06/03/2015	24 ^a	3,33%	3,33%	3,33%
06/04/2015	25 ^a	3,33%	3,33%	3,33%
06/05/2015	26 ^a	3,33%	3,33%	3,33%
06/06/2015	27 ^a	3,33%	3,33%	3,33%
06/07/2015	28 ^a	3,33%	3,33%	3,33%
06/08/2015	29 ^a	3,33%	3,33%	3,33%
06/09/2015	30 ^a	Saldo	Saldo	Saldo

5.4. Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios

5.4.1. Os valores relativos aos Juros Remuneratórios de cada série deverão ser pagos mensalmente conforme a seguir: (i) Para a 1^a série, como sendo as 6 (seis)

primeiras parcelas devidas respectivamente em 06 de outubro de 2012, 06 de novembro de 2012, 06 de dezembro de 2012, 06 de janeiro de 2013, 06 de fevereiro de 2013 e 06 de março de 2013 e às demais parcelas mensais nas datas da amortização acima; (ii) Para a 2ª série, como sendo as 5 (cinco) primeiras parcelas devidas respectivamente em 06 de novembro de 2012, 06 de dezembro de 2012, 06 de janeiro de 2013, 06 de fevereiro de 2013 e 06 de março de 2013 e as demais parcelas mensais nas datas da amortização acima; e Para a 3ª série, como sendo as 4 (quatro) primeiras parcelas devidas respectivamente em 06 de dezembro de 2012, 06 de janeiro de 2013, 06 de fevereiro de 2013 e 06 de março de 2013 e as demais parcelas mensais nas datas da amortização acima. O último pagamento devido para todas as séries será em 06 de Setembro de 2015 ou, se for o caso, na data da liquidação antecipada resultante de um Evento de Vencimento Antecipado ou Resgate Antecipado, conforme definido nesta Escritura.

5.5. Local de Pagamento

5.5.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; e/ou (b) os procedimentos adotados pela Instituição Escriuturadora, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP ("Local de Pagamento").

5.6. Prorrogação dos Prazos

5.6.1. Caso uma determinada Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios ou Data de vencimento coincida com dia em que não exista expediente comercial ou bancário no Local de Pagamento, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, inclusive pelos titulares das Debêntures, até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se a data de cumprimento da obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

5.7. Encargos Moratórios

5.7.1. Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios e do disposto na Cláusula 8a seguir, em caso de impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida sob as Debêntures, os débitos em atraso, devidamente atualizados, ficarão sujeitos, independente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial à aplicação dos Juros Remuneratórios aplicáveis às Debêntures, bem como por juros moratórios à taxa de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die* desde o início do inadimplemento, até que este seja purgado, e por multa convencional e irredutível de atraso não-compensatória de 2% (dois por cento), calculada sobre o valor em atraso. Adicionalmente, caso seja necessária a

execução judicial dos valores em atraso, a Companhia deverá arcar com uma multa de 2% (dois por cento) sobre o valor em atraso adicionado dos encargos, juros e multa, além das custas e dos honorários advocatícios incorridos pelos Debenturistas em relação aos procedimentos extrajudiciais e judiciais de cobrança.

5.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

5.8.1. O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Juros Remuneratórios e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

5.9. Preço de Subscrição

5.9.1. As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos juros remuneratórios conforme cláusula 5.2.2 para cada uma de suas séries ("Preço de Subscrição").

5.10. Forma de Subscrição e Integralização

5.10.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do (a) SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP. As Debêntures deverão ser subscritas e integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, na Data de integralização de cada série, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP ("Data de Subscrição e Integralização").

5.11. Repactuação

5.11.1. Não haverá repactuação das Debêntures.

5.12. Publicidade

5.12.1. Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos no jornal DOESP e no Diário Comércio Indústria & Serviços, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – Internet (<http://www.maisproxima.com.br>) ("Avisos aos Debenturistas"), observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em

relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização.

5.13. Liquidez e Estabilização

5.13.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

5.14. Fundo de Amortização

5.14.1. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

5.15. Imunidade de Debenturistas

5.15.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos na legislação tributária em vigor nos rendimentos de tal Debenturista.

6. ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA

6.1. Celebração de Aditamentos à Escritura e Arquivamento na JUCESP

6.1.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser celebrados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário e posteriormente arquivados, em até 30 (trinta) dias, na JUCESP.

7. RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL, RESGATE PARCIAL FACULTATIVO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

7.1. Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir de 03 de março de 2014 e tão somente após essa data, mediante aviso aos Debenturistas, ao Agente Fiduciário, ao Agente Escriturador, ao Banco Mandatário e à CETIP, com antecedência mínima de 30 (trinta) Dias Úteis da respectiva data do evento, promover o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em Circulação, com o conseqüente cancelamento de tais Debêntures, sendo vedado o resgate antecipado parcial ("Resgate Antecipado"), mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido (i)

da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado (“Valor do Resgate Antecipado”); e (ii) de prêmio *flar* incidente sobre o Valor do Resgate Antecipado, correspondente conforme tabela abaixo:

Período de Antecipação (após data de emissão)	Prêmio sobre Saldo Devedor
Do 19° ao 24° Mês	1,45%
Do 25° ao 30° Mês	0,95%
Do 31° ao 36° Mês	0,50%

7.1.1. Fica Estabelecido que: (i) para as Debêntures registradas no SND, o resgate antecipado ocorrerá conforme procedimentos adotados pela CETIP. Sendo o pagamento para as Debêntures resgatadas feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas no SND.

7.1.2. Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo Total deverá constar: (a) a Data do Resgate Antecipado Facultativo Total; (b) menção ao Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo Total.

7.1.3. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo Total serão obrigatoriamente canceladas.

7.1.4. A data para realização de qualquer Resgate Antecipado Facultativo Total no âmbito desta Emissão deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil.

7.2. Aquisição Facultativa

7.2.1. Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previsto na Instrução CVM 476 e o disposto no parágrafo 3º do artigo 55 da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, adquirir Debêntures em Circulação, as quais poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado, conforme as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora.

7.2.2. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos da Cláusula 7.2.1 acima, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos Juros Remuneratórios das demais Debêntures em Circulação.

8. VENCIMENTO ANTECIPADO

8.1. Sem prejuízo da cláusula 5.7, as Debêntures e todas as obrigações da Companhia estabelecidas na Escritura de Emissão serão tidas como antecipadamente vencidas, podendo ser imediatamente exigidas pelos debenturistas o pagamento pela Companhia do valor equivalente ao saldo do Valor Nominal Unitário de cada debênture não paga, adicionada pelos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, independentemente de notificação extrajudicial ou judicial, com a ocorrência de qualquer dos seguintes eventos (doravante simplesmente denominados os “Eventos de Inadimplemento”):

- i. Não realização de integralização de capital em montante mínimo de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais) até 30 de Setembro de 2012.
- ii. Inadimplência em relação a qualquer obrigação assumida junto aos Debenturistas, seja nesta Debênture ou em outros a esta vinculados ou derivados, ou em qualquer outro Contrato ou Cédula de Crédito firmado(a) com o Coordenador, em especial, pelo não pagamento no respectivo vencimento, de qualquer prestação devida;
- iii. Provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora no âmbito da Oferta e nos demais documentos a serem firmados no âmbito da oferta (“**Documentos da Oferta**”), que afete de Forma Substancial Adversa, conforme definido na Cláusula 9.2.41 abaixo, a Oferta;
- iv. Ocorrência de: (a) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora; (b) pedido de autofalência da Emissora; (c) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido por esta no prazo legal; (d) propositura, pela Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (e) ingresso pela Emissora em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz;
- v. Autuações pelos órgãos governamentais de caráter fiscal, ambiental, ou de defesa da concorrência, entre outros, que possam afetar significativamente a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora e/ou de sua controladora, suas controladas ou coligadas, se houver;
- vi. Inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária prevista ou decorrente desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Oferta, não sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados das respectivas datas de vencimento;

- vii. Não cumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista ou decorrente desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Oferta (observadas as disposições do item "vi" desta Cláusula 8.1), que (a) não tenha sido sanada nos prazos de cura nelas estabelecidos; ou (b) não havendo prazo de cura específico, não seja devidamente sanada no prazo de 15 (quinze) dias úteis a partir do recebimento da notificação pelo Agente Fiduciário acerca de tal descumprimento;
- viii. Não cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas nas Cláusulas 5.1.4da presente Escritura de Emissão em conformidade com os prazos ali estabelecidos;
- ix. Protesto legítimo de títulos contra a Emissora, cujo valor individual ou agregado devido e não pago ultrapasse R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), ou o equivalente em outras moedas, salvo se (a) no prazo legal, o protesto tiver sido cancelado ou suspenso, (b) forem prestadas pela Emissora, e aceitas pelo Poder Judiciário, garantias em juízo ou (c) a Emissora consiga validamente comprovar, de forma satisfatória aos Debenturistas, que o protesto foi feito por erro ou má fé de terceiros;
- x. Inclusão da Emissora em qualquer cadastro de proteção ao crédito em valor superior, em conjunto ou isoladamente, a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), que não seja sanado ou declarado ilegítimo no prazo de até 15 (quinze) dias úteis;
- xi. Inadimplemento, observados os prazos de cura previstos nos respectivos instrumentos, ou vencimento antecipado de quaisquer dívidas da Emissora em valor superior, em conjunto ou isoladamente, a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), salvo se no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis da data de sua ocorrência for comprovado, pela Emissora, que tal vencimento antecipado ou inadimplemento ocorreu indevidamente ou foi sanado pela Emissora, ou foram suspensos os efeitos do vencimento antecipado ou inadimplemento por meio de qualquer medida judicial ou arbitral;
- xii. Trânsito em julgado de uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais, para as quais a Emissora não tenha feito provisão para pagamento em valor superior, em conjunto ou isoladamente, a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- xiii. Não renovação, cancelamento, revogação, ou suspensão das Autorizações Governamentais, conforme definido na Cláusula 12, necessárias para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora;
- xiv. Alteração do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora, que resultem na perda, pelas Acionistas Controladores, do Poder de Controle da Emissora, sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada especialmente para esse fim. Para fins desta

cláusula, "Acionistas Controladores" e "Poder de Controle" seguirão as definições constantes no Regulamento do Novo Mercado da BM&FBovespa;

- xv. Cisão, fusão ou incorporação da Emissora ou realização de qualquer forma de reorganização societária da Emissora que implique na alteração do seu controle, sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas convocada especialmente para esse fim;
- xvi. Alteração ou modificação substancial do objeto social da Emissora, que, a critério dos Debenturistas, afete de forma negativa e material o risco de crédito das Debêntures;
- xvii. Se a garantia real prevista na Cláusula 5.1.4 desta Escritura de Emissão, a critério do Agente Fiduciário, não for devidamente efetivada ou formalizada ou tornar-se inábil, imprópria ou insuficiente para assegurar a capacidade de pagamento da Emissora;
- xviii. Suspensão, por iniciativa da Emissora, ou cancelamento da negociação ou do registro de negociação das Debêntures junto à CETIP;
- xix. A Emissora não aplicar os recursos captados por meio da Oferta de acordo com a Cláusula 4.4 acima;
- xx. Ocorrência das hipóteses mencionadas nos artigos 333 e 1.425 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada;
- xxi. Redução de capital social da Emissora após a Data de Emissão das Debêntures, sem que haja anuência prévia de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures não subordinadas em circulação, em Assembleia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- xxii. Se por qualquer motivo, seja por força legal ou não, a Emissora seja impedida de realizar as atividades de seu objeto social.
- xxiii. Resgate, reembolso ou amortização de ações, redução de capital (exceto para absorção de prejuízos), pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, pela Emissora, durante toda a vigência das Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.
- xxiv. Não cumprir com as obrigações referidas neste inciso:
 - (a) Pelo período da operação, a Emissora deverá manter auditoria nas demonstrações financeiras, sendo aceitáveis como auditores a PWC, KPMG, Ernst&Young Terco, Delloite, Grant Thornton ou BDO.
 - (b) Os balanços auditados em 31 de dezembro devem ser apresentados até 30 de abril do ano seguinte, enquanto que os balancetes de 30 de junho, não auditados, devem ser apresentados até 15 de setembro do mesmo ano. Os balancetes devem ser assinados pelos responsáveis técnicos, sendo esses: (i)

um auditor independente contratado ou (ii) um contador independente contratado ou (iii) contador interno, desde que, neste último caso, o relatório também seja assinado pelo presidente da Emissora. Uma vez tendo o responsável técnico sido designado, havendo alteração deste, o Agente Fiduciário deve ser comunicado em até 02 (dois) dias úteis. (“**Responsáveis Técnicos**”)

xxv. Não observância dos seguintes limites e índices financeiros, calculados com relação às demonstrações financeiras da Emissora, a serem emitidas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e verificados semestralmente no último dia de cada semestre do ano civil a partir do semestre encerrado em 30 de junho de 2013, inclusive, por todo o período da Debênture (“Índices Financeiros”):

(a) A razão entre Dívida Líquida e o EBITDA dos últimos 12 (doze) meses não poderá ser superior a 2,0. Essa verificação terá início em 31 de dezembro de 2013, inclusive;

(b) A razão entre Dívida Líquida e Patrimônio Líquido, conforme abaixo:

1º. Essa verificação terá início em 30 de junho de 2013 (inclusive), na qual o índice não poderá ser superior a 3,0;

2º. Demais verificações, mensuradas a partir de 31 de dezembro de 2013 (inclusive), não poderão ser superiores a 2,0;

(c) A razão entre EBITDA dos últimos 12 meses e a despesa financeira líquida no mesmo período, conforme abaixo:

1º. Essa verificação terá início em 30 de junho de 2013 (inclusive), na qual o índice não poderá ser inferior a 1,2;

2º. Verificações em 31 de dezembro de 2013 e 30 de junho de 2014 não poderão ser inferiores a 2,0;

3º. Demais verificações, mensuradas a partir de 31 de dezembro de 2014 (inclusive), não poderão ser inferiores a 2,5.

xxvi. Para fins desta Escritura de Emissão, considera-se:

(a) “EBITDA dos últimos 12 meses” o somatório dos EBITDAs semestrais dos últimos 2 semestres encerrados na data de verificação;

(b) “EBITDA” o somatório: do (i) lucro/prejuízo antes de deduzidos os impostos e tributos, (ii) das despesas de depreciação e amortização e (iii) das despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras. As receitas não recorrentes não poderão compor o “EBITDA”;

(c) “Dívida Líquida” o somatório das dívidas bancárias e similares, deduzidos os saldos de caixa e aplicações financeiras;

(d) “Despesa financeira líquida” o somatório das despesas de juros, descontos concedidos a clientes em virtude do pagamento antecipado de títulos, comissões e despesas bancárias, tributos, contribuições e despesas de qualquer natureza oriundos de operações financeiras, incluindo, mas não se limitando, a IOF, descontado do somatório de receitas de aplicações financeiras;

(e) “Patrimônio Líquido” o patrimônio líquido contábil.

xxvii. Outras hipóteses eventualmente previstas em lei.

8.1.1. Todos os valores em moeda corrente nacional expressos nesta Cláusula 8 serão atualizados anualmente de acordo com a variação do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (“IGP-M”) para o respectivo período. No caso de extinção ou de não publicação do IGP-M, será adotado o índice que vier a substituí-lo.

8.1.2. Na ocorrência de qualquer Evento de Vencimento Antecipado, a Emissora deverá informar o Agente Fiduciário da ocorrência de tal evento no mesmo dia. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões nelas previstos neste Instrumento e no Instrumento Particular de Constituição de Penhor e Outras Avenças e do Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças, inclusive o de declarar o vencimento antecipado.

8.1.3. A Assembleia de Debenturistas deverá então deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures, hipótese na qual o Agente Fiduciário comunicará imediatamente a Emissora da decisão tomada pelos Debenturistas reunidos em assembleia em até 02 (dois) dias da data da ocorrência da Assembleia de Debenturistas.

8.1.4. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal

Unitário não amortizado das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, sem prejuízo da cláusula 5.7, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 3 (três) dias úteis contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora.

9. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

9.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

9.1.1. Constituir as garantias de Penhor de Bens e Cessão Fiduciária de Recebíveis conforme prazos e condições determinadas no Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Bens e Outras Avenças e no Instrumento de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças, assim como, fornecer todos os dados e documentos necessários a perfeita formalização dos Instrumentos, inclusive e principalmente com relação ao registro nos respectivos cartórios de registro;

9.1.2. Manter vigente até liquidação total das obrigações descritas nessa Escritura, contratos de prestação de serviços logísticos firmados entre a Emissora e os Operadores nos termos descritos no Instrumento Particular de Contrato de Constituição de Penhor e Outras Avenças.

9.2. Emissora está adicionalmente obrigada a:

9.2.1. Protocolar a presente Escritura de Emissão na JUCESP, em até 5 (cinco) dias contados da sua assinatura, devendo a Emissora enviar ao Agente Fiduciário, em até 2 (dois) dias úteis contados do registro da Escritura de Emissão na JUCESP, cópia de tal documento devidamente registrado;

9.2.2. Comunicar, em conjunto com o Coordenador, o encerramento da Oferta à CVM;

9.2.3. Solicitar, em conjunto com o Coordenador, o registro na CETIP da Oferta, devidamente instruído com todos os documentos e formulários que se fizerem necessários;

9.2.4. Manter em vigência toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes e relevantes, os quais dão à Emissora, ou qualquer uma de suas afiliadas, condição fundamental de funcionamento;

- 9.2.5. Contratar, manter contratados, e remunerar os prestadores de serviços, incluindo o Banco Mandatário, a Instituição Escrituradora, a CETIP, o Agente Fiduciário e os assessores jurídicos da Emissora e do Coordenador;
- 9.2.6. Manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND durante o prazo de vigência das Debêntures;
- 9.2.7. Cumprir com todas as obrigações relacionadas a esta Escritura de Emissão, aos demais Documentos da Oferta, à Instrução CVM 134, CVM 476, CVM 358 e demais regulamentações aplicáveis a Oferta, incluindo, mas não se limitando as condições e obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM 476;
- 9.2.8. Enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas no inciso III, artigo 17 da Instrução CVM 476; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 24 (vinte e quatro) horas a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009, o qual a Emissora declara conhecer e que passa a fazer parte integrante da presente Escritura de Emissão para todos os fins de direito;
- 9.2.9. Até a comunicação de encerramento da Oferta à CVM, limitar (a) a revelação de informações relativas à Oferta ao que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida, e (b) a utilização de informação reservada estritamente aos fins relacionados com a preparação da Oferta;
- 9.2.10. Abster-se de negociar, até a comunicação de encerramento da Oferta à CVM, com valores mobiliários de emissão da Emissora, salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400, no que for aplicável;
- 9.2.11. Não distribuir, publicar ou elaborar qualquer material publicitário com relação à Oferta;
- 9.2.12. A partir do momento em que a Oferta se torne pública, ao divulgar informações relacionadas à Emissora ou à Oferta, não praticar qualquer ato que possa ser considerado, de qualquer forma, como um ato de extensão da Oferta, (a) observar os princípios relativos à qualidade, transparência, diligência, e igualdade de acesso à informação, e (b) esclarecer as suas ligações com o Coordenador, o Agente Fiduciário ou o seu interesse na Oferta, nas suas manifestações em assuntos que envolvam a Oferta, a Emissora ou as Debêntures;
- 9.2.13. Providenciar, perante a Instituição Escrituradora, a formalização dos registros das Debêntures em nome do seu credor e no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a subscrição e integralização das Debêntures;
- 9.2.14. Arcar com o recolhimento de quaisquer taxas, tributos, tarifas ou emolumentos, incluindo os respectivos juros e multas, se aplicáveis, incidentes sobre a criação, emissão e venda das Debêntures e à celebração e ao cumprimento desta Escritura

de Emissão, inclusive os tributos incidentes sobre a Remuneração do Agente Fiduciário e do Coordenador;

9.2.15. Declarar, garantir e responder pela veracidade, consistência, qualidade, precisão, completude e suficiência de todas as informações diretamente prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta, e comprometer-se, caso as informações se tornem inverídicas, inconsistentes, sem qualidade, imprecisas, incompletas e insuficientes, durante a vigência desta Escritura de Emissão, a notificar em até 1 (um) dia útil por escrito tal fato ao Agente Fiduciário;

9.2.16. Cumprir o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente em tudo que for pertinente e material às atividades da Emissora;

9.2.17. Não realizar outra oferta pública da mesma espécie de valores mobiliários dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do envio da comunicação de encerramento à CVM, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM, nos termos do artigo 9º, da Instrução CVM 476;

9.2.18. Informar em até 1 (um) dia útil o Agente Fiduciário a respeito de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado relacionados à Emissora imediatamente após a sua verificação ou qualquer outro descumprimento às cláusulas desta Escritura de Emissão. Essas informações deverão vir acompanhadas de um relatório da Emissora contendo a descrição da ocorrência e das medidas que a Emissora pretende tomar com relação a tal ocorrência, o qual deverá ser entregue ao Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias úteis da verificação da ocorrência de qualquer dos Eventos de Vencimento Antecipado.

9.2.19. Fornecer ao Agente Fiduciário:

9.2.19.1. Dentro de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias após o término de cada exercício social, encerrado em 31 de dezembro, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas, relativas ao exercício social então encerrado, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem como: (i) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou aos membros de sua administração, e respectivas respostas, relativas a essas demonstrações financeiras, ao sistema de contabilidade, à gestão ou às contas da Emissora; (ii) declaração do Diretor Presidente da Emissora atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes nesta Escritura, bem como atestando a efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade dos Índices Financeiros encaminhados; podendo solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam

necessários e (iii) relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção dos Índices Financeiros, o qual deverá ser devidamente auditado por auditores independentes contratados pela Emissora.

9.2.19.2. Os Avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias que de alguma forma envolvam interesses dos Debenturistas em até 5 (cinco) dias da data em que forem divulgados ao mercado;

9.2.19.3. Dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término do semestre encerrado em 30 de junho, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, (i) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas, assinadas pelos **Responsáveis Técnicos**, relativas ao respectivo semestre, (ii) declaração do Diretor Presidente atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes nesta Escritura, bem como atestando a efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade dos Índices Financeiros encaminhados; podendo solicitar à Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (iii) relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção dos Índices Financeiros, o qual deverá ser devidamente revisado pelos **Responsáveis Técnicos**.

9.2.19.4. Cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução da CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada, nos prazos ali previstos;

9.2.19.5. Em até 5 (cinco) dias contados do recebimento de solicitação, qualquer informação relevante com relação às Debêntures que lhe venha a ser solicitada, de maneira razoável, por escrito, pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura e da Instrução da CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada ("Instrução CVM 28");

9.2.19.6. Cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relativa a um Evento de Inadimplemento ou a esta Escritura, imediatamente após o seu recebimento;

9.2.19.7. As notas explicativas às demonstrações financeiras contendo a participação da Emissora em suas controladas, todos os dados financeiros e atos societários nelas divulgados, seguindo o padrão atual das normas contábeis brasileiras, necessários à realização do relatório mencionado na alínea "xiii" da Cláusula 10.4 abaixo que venham a ser solicitados pelo

Agente Fiduciário, os quais deverão ser encaminhados pela Emissora ao Agente Fiduciário em até 30 (trinta) Dias Úteis antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório à CVM. As notas explicativas atualizadas do grupo societário da Emissora deverão conter, inclusive, informações sobre os controladores, controladas, sociedades sob controle comum, coligadas e outras sociedades integrantes do mesmo grupo econômico da Emissora, conforme as atuais normas contábeis brasileiras, no encerramento de cada exercício social; e

- 9.2.19.8. Os comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da respectiva data de vencimento;
- 9.2.20. Preparar e proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e/ou demais regulamentações aplicáveis, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- 9.2.21. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas na República Federativa do Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, às expensas da Emissora) tenham acesso irrestrito, desde que a respectiva solicitação seja acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria: (i) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente às suas demonstrações financeiras; e (ii) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora, quando deliberado pela Assembleia Geral de Debenturistas;
- 9.2.22. Convocar, nos termos da Cláusula 11 desta Escritura, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- 9.2.23. Cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas pela CVM;
- 9.2.24. Estruturar e manter em adequado funcionamento um departamento para atender de forma eficiente aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar, às expensas da Emissora, instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;

- 9.2.25. Não alterar seus principais ramos de negócio conforme previsto em seu Estatuto Social, não realizar operações fora de seu objeto social e não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- 9.2.26. Obter, observar os termos de, e praticar todos os atos necessários para manter em pleno vigor todas as autorizações, aprovações, licenças e consentimentos exigidos nos termos da legislação e regulamentação brasileiras para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora ou suas controladas, diretas ou indiretas, e necessárias para permitir o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas nesta Escritura, ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade dessas obrigações;
- 9.2.27. Aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito na Cláusula 4.4 acima;
- 9.2.28. Cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- 9.2.29. Exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- 9.2.30. Tomar todas as medidas necessárias para:
- 9.2.30.1. Manter em boas condições os bens utilizados na condução de seus negócios e na condução dos negócios de suas controladas, diretas ou indiretas, excetuando-se pelo desgaste normal, inclusive e principalmente com relação aos bens oferecidos em garantia através do Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Bens e Outras Avenças;
 - 9.2.30.2. Pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, observados os períodos de carência aplicáveis, todas as suas obrigações inclusive, mas sem limitação, as de natureza fiscal, trabalhista e comercial;
 - 9.2.30.3. Manter e garantir que os bens necessários para condução de suas atividades principais, considerando entre esses os bens oferecidos em garantia das debêntures objeto dessa Escritura através do Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Bens e Outras Avenças, estejam adequadamente segurados por seguradoras de primeira linha, conforme práticas correntes em seu setor de atuação; e

- 9.2.30.4. Estender as medidas elencadas nos itens "9.2.30.1" à "9.2.30.3" acima para as sociedades sob seu controle;
- 9.2.31. Efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures no SND, conforme o disposto no Termo de Compromisso e Regulamento do SND, por meio da CETIP;
- 9.2.32. Efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser comprovadamente necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura;
- 9.2.33. Informar à CETIP o valor e a data de pagamento de toda e qualquer remuneração referente às Debêntures;
- 9.2.34. Manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em Circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável;
- 9.2.35. Comunicar imediatamente à CVM e ao Agente Fiduciário qualquer inadimplência no cumprimento das obrigações contraídas perante os Debenturistas; e
- 9.2.36. Cumprir com todas as obrigações previstas na Instrução CVM 476, em especial as estabelecidas em seu artigo 17, e demais normativos aplicáveis à Emissão, ou seja:
- 9.2.36.1. Preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, e com as regras emitidas pela CVM;
- 9.2.36.2. Submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
- 9.2.36.3. Divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de três meses contados do encerramento do exercício social;
- 9.2.36.4. Manter os documentos mencionados no item "9.2.36.3" acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de três anos;

- 9.2.36.5. Observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- 9.2.36.6. Divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário;
e
- 9.2.36.7. Fornecer as informações solicitadas pela CVM.
- 9.2.37. Notificar os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura tornem-se total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas, em até 1 (um) Dia Útil contados da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento.
- 9.2.38. Providenciar, perante a Instituição Escrituradora, a formalização dos registros das Debêntures em nome do seu credor e no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a subscrição e integralização das Debêntures;
- 9.2.39. Cumprir com os termos e condições do **Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças** e do **Instrumento Particular de Constituição de Penhor e Outras Avenças**, incluindo, mas não se limitando, a obrigação de obter antecipadamente, em caso de um Evento de Vencimento Antecipado, prévia autorização dos Debenturistas para adoção das matérias especificadas nos instrumentos supramencionados
- 9.2.40. Não participar de qualquer prática ilegal relativa à condução das relações de trabalho com seus empregados
- 9.2.41. Manter atualizados e pleitear a obtenção ou a tempestiva renovação antes do término da vigência, caso aplicável, de todos os alvarás, aprovações, autorizações e licenças (inclusive licenças ambientais) necessárias à exploração de seus negócios principais, especialmente aqueles que, uma vez desatualizados e/ou inexistentes possam afetar de Forma Substancial Adversa as atividades da Emissora ou das subsidiárias. Para fins da presente Escritura de Emissão considera-se "**Forma Substancial Adversa**" qualquer alteração relevante adversa (i) nas condições econômicas e financeiras da Emissora que possa prejudicar suas atividades da maneira como são conduzidas atualmente; (ii) nos negócios, propriedades ou resultados da Emissora; e (iii) na habilidade da Emissora, conforme aplicável, de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- 9.2.42. Não utilizar quaisquer de seus recursos para qualquer contribuição ou doação ilícita a partidos políticos, governos ou funcionários públicos; (b) não efetuar

pagamento ilícito, direto ou indireto, a qualquer oficial do governo ou funcionário público; (c) não efetuar qualquer pagamento ou praticar qualquer ato que viole qualquer disposição da Lei nº. 9.613, de 3 de março de 1998; ou (d) não levar a efeito qualquer suborno, pagamento ilegal para tráfico de influência, propina ou outro pagamento ilícito;

9.2.43. Cumprir com todas as obrigações previstas no Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública Restrita, da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em 3 (três) Séries, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Emissora celebrado nesta data entre a Emissora, e o Coordenador.

9.2.44. Enviar o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme ICVM 28, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrantes de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.

10. AGENTE FIDUCIÁRIO

10.1. **Nomeação.** A Emissora nomeia e constitui a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, como Agente Fiduciário dos Debenturistas da Emissão objeto desta Escritura de Emissão, que, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação, para, nos termos da legislação aplicável e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures. A Emissora declara não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares.

10.2. Declaração

10.2.1. O Agente Fiduciário declara, neste ato, sob as penas da lei:

10.2.1.1. Não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;

10.2.1.2. Não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse, previstas no artigo 10, da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28");

- 10.2.1.3. Aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- 10.2.1.4. Aceitar integralmente os termos da presente Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária, aceitando todas as suas cláusulas e condições, tendo verificado a veracidade das informações neles contidas, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivessem conhecimento;
- 10.2.1.5. Estar devidamente autorizado, na forma da lei e de seus atos societários, a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com as obrigações nela previstas;
- 10.2.1.6. Estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- 10.2.1.7. Que esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com suas cláusulas;
- 10.2.1.8. Que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas não violam qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- 10.2.1.9. Ser instituição devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- 10.2.1.10. Estar ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil e da CVM, além de outras autoridades competentes;
- 10.2.1.11. Não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- 10.2.1.12. Que a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto; e
- 10.2.1.13. Que verificará a regularidade da constituição das garantias previstas no Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Bens e Outras Avenças e no Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Recebíveis e Outras Avenças, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos da cláusula 5.1.4;
- 10.3. **Substituição.** Nas hipóteses de ausência, impedimento temporário, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, uma Assembleia Geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, a ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a

convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a nomeação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria Assembleia Geral de Debenturistas que escolher o novo agente fiduciário.

10.3.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá ele comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas desta Emissão, pedindo sua substituição.

10.3.2. É facultado aos Debenturistas desta Emissão, após o encerramento do prazo para a distribuição pública com esforços restrito das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

10.3.3. A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos na legislação aplicável, inclusive na Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

10.3.4. O agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a Assembleia Geral de Debenturistas desta Emissão não delibere sobre a matéria. Em hipótese alguma a remuneração do agente fiduciário poderá ser superior à ora avençada.

10.3.5. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, averbado na JUCESP.

10.3.6. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

10.3.7. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas desta Emissão, em forma de notificação, de acordo com a Cláusula 13.1.

10.4. **Deveres e Atribuições.** Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituir-se-ão deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- i. Proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- ii. Renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão ou impedimento;
- iii. Conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- iv. Verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- v. Promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- vi. Acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- vii. Emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- viii. Verificar a regularidade da constituição da garantia objeto do Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Bens e Outras Avenças e do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Recebíveis e Outras Avenças, observando a manutenção de sua suficiência e exeqüibilidade;
- ix. Solicitar, à Emissora, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento e Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede ou o estabelecimento principal da Emissora;
- x. Solicitar, às expensas da Emissora, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- xi. Convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas da presente Emissão, mediante anúncio publicado da maneira prevista na Cláusula 5.16 acima, observadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão;

- xii. Comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas.
- xiii. Elaborar, anualmente, relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea “b”, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (a) Eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) Alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (c) Comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) Posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) Resgate, amortização, aquisição facultativa, e pagamentos de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) Acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) Relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) Cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (i) Declaração sobre sua aptidão para continuar o exercício da sua função de Agente Fiduciário;
 - (j) Declaração acerca da suficiência e exequibilidade da garantia estabelecida no Contrato de Alienação Fiduciária, conforme aplicável; e
 - (k) Existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, e pela própria emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como as informações previstas no artigo 12, XVII, “k” da Instrução CVM 28;
- xiv. Disponibilizar o relatório a que se refere a alínea “xiii” acima em até 4 (quatro) meses do encerramento do exercício social da Emissora ao menos na sede da

Emissora e no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador;

- xv. Publicar, nos órgão da imprensa onde Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item acima.
- xvi. Manter atualizada a relação dos Debenturistas desta Emissão, mediante, inclusive, a gestões de tal relação junto à Emissora e à CETIP manter atualizada a relação dos Debenturistas desta Emissão, mediante inclusive, a gestões de tal relação junto à Emissora, à CETIP e ao Banco Mandatário, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Banco Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- xvii. Fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não-fazer;
- xviii. Notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos.
- xix. Disponibilizar o Valor Nominal Unitário das Debêntures, calculado pela Emissora, e divulgá-los aos Debenturistas e participantes do mercado através de seu website ou sempre que solicitados.

10.5. Atribuições Específicas. Observado as disposições desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas desta Emissão e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, não sanado, se for o caso, nos prazos previstos na Cláusula 8:

- i. Declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- ii. Tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas desta Emissão;
- iii. Requerer a falência da Emissora, nos termos da lei brasileira;
- iv. Representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, ou, ainda, em qualquer procedimento judicial análogo aos previstos nesta alínea, que substituam ou complementem a atual legislação sobre falências e recuperação judicial; e

- v. Executir a garantia objeto do Contrato de Alienação Fiduciária, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional dos Debenturistas.

10.6. **Remuneração do Agente Fiduciário.** Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação aplicável e desta Escritura de Emissão, remuneração anual de R\$ 11.000,00 (onze mil reais), sendo o primeiro pagamento devido pela Emissora no 5º dia útil após a data de assinatura da presente Escritura de Emissão, e os seguintes no mesmo dia dos anos subseqüentes (“**Remuneração do Agente Fiduciário**”).

10.6.1. A Remuneração do Agente Fiduciário será (i) atualizada pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, por índice que vier a substituí-lo, contado a partir da data do primeiro pagamento da Remuneração do Agente Fiduciário, conforme descrito na Cláusula 10.6 acima, até as datas de pagamentos seguintes, calculadas *pro-rata die*, se necessário, e (ii) acrescida pelos impostos que vierem a incidir sobre a Remuneração do Agente Fiduciário, incluindo, mas não se limitando a, ISS, PIS, CSLL e COFINS excetuando-se o IR – Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

10.6.2. A Remuneração do Agente Fiduciário deverá ser realizada mediante depósito em conta corrente a ser oportunamente indicada pelo Agente Fiduciário à Emissora.

10.6.3. A Remuneração do Agente Fiduciário será devida mesmo após a Data de Vencimento, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora, no âmbito da presente Escritura de Emissão.

10.6.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*;

10.6.5. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que a Pentágono venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente conforme previsto

em Lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na condição de representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

10.6.6. A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral; notificações, extração de certidões, viagens e estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

10.7. **Despesas.** A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que, comprovadamente, tenha incorrido, para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas desta Emissão, ou para realizar seus créditos.

10.7.1. O ressarcimento a que se refere a cláusula 10.7 acima será efetuado em até 3 (três) dias úteis após a entrega, à Emissora, dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

10.7.2. As despesas a que se refere a Cláusula 10.6.5 e seguintes compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) Publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) Locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) Eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas, e

- (e) Despesas com *conference calls* ou contatos telefônicos.

10.7.3. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses, ou realizar créditos dos Debenturistas da presente Emissão, não saldado na forma ora estabelecida, será acrescido à dívida da Emissora.

11. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

11.1. A Assembleia Geral de Debenturistas aplicar-se-á o quanto disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações.

11.2. Os titulares das Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

11.3. **Convocação.** A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

11.3.1. A Assembleia de Debenturistas deverá ser realizada no prazo mínimo de 8 (oito) dias, contados da primeira convocação, e no prazo mínimo de 5 (cinco) dias contados da segunda convocação.

11.4. **Quórum de Instalação.** A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quorum, observando-se que será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem todos os Debenturistas, independentemente de convocação.

11.4.1. Para os fins de apuração do quorum de instalação em qualquer Assembleia Geral de Debenturistas, serão excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria pela Emissora, mas não serão computadas as que sejam de titularidade, direta ou indireta, de sociedades sob controle comum da Emissora, sejam elas coligadas, controladas ou controladoras, diretas ou indiretas, ou de pessoas físicas que sejam controladoras, bem como dos administradores de referidas sociedades.

11.5. **Mesa Diretora.** A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures, ou àquele designado pela CVM.

11.6. **Quórum de Deliberação.** Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas por

Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, com exceção da modificação (i) da data de vencimento das Debêntures, (ii) das condições da Amortização, (iii) que altere a Remuneração; (iv) que trate da liberação, substituição e/ou reforço das Garantias; ou (v) que altere qualquer um dos quoruns de deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos na presente Escritura de Emissão, as quais deverão ser deliberadas por Debenturistas que representem a totalidade das Debêntures em circulação, na forma do disposto no artigo 71, § 5º, da Lei das Sociedades por Ações, ressalvado o disposto na Cláusula 11.4.1.

12. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

12.1. A Emissora neste ato declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

12.1.1. É uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia fechada segundo as leis da República Federativa do Brasil;

12.1.2. Está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura, a emitir as Debêntures e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura e nos demais documentos relativos à Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

12.1.3. As pessoas que as representam na assinatura desta Escritura de Emissão, das Debêntures e dos demais Documentos da Oferta têm poderes bastantes para tanto;

12.1.4. As obrigações assumidas nesta Escritura constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exeqüíveis de acordo com seus termos e condições, exceto que sua execução poderá estar limitada por leis relativas à falência, insolvência, recuperação, liquidação ou leis similares afetando a execução de direitos de credores em geral;

12.1.5. A celebração e os termos e condições constantes desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Oferta: (a) não infringe o estatuto social da Emissora, (b) não infringe qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual sejam parte, (c) não infringe qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora, e (d) não resultará em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento de que a Emissora é parte, e (ii) rescisão de qualquer contrato ou instrumento de que a Emissora é parte;

- 12.1.6. Os bens assim como os recebíveis a serem dados em garantia nos termos do Instrumento Particular de Constituição de Penhor de Bens e Outras Avenças Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Recebíveis e Outras Avenças não estão gravadas por quaisquer ônus ou gravames.
- 12.1.7. As informações prestadas pela Emissora, incluindo, mas não se limitando, aquelas devidas por ocasião do pedido de registro na CETIP são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, responsabilizando-se a Emissora por qualquer quebra, inveracidade ou imprecisão em suas informações.
- 12.1.8. Está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação ambiental e trabalhista, no tocante a saúde e segurança ocupacional, inclusive quanto à inexistência de trabalho infantil e de trabalho escravo, aplicáveis e em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social, e está, assim como suas controladas, obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos Municipais, Estaduais e Federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- 12.1.9. Está em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- 12.1.10. Possui todas as licenças, autorizações, permissões, concessões ou aprovações governamentais exigidas e/ou necessárias, seja no âmbito federal, estadual ou municipal, para o exercício de suas atividades e para a celebração e cumprimento desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Oferta (**"Autorizações Governamentais"**), sendo todas elas válidas e eficazes;
- 12.1.11. Inexiste (a) descumprimento de qualquer disposição contratual, legal, Autorização Governamental ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral, ou (b) qualquer ação ou procedimento judicial, extrajudicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa vir a afetar a Emissora, inclusive quanto às suas respectivas condições financeiras, atividades e capacidade de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e dos demais Documentos da Oferta, ou (ii) visando anular, alterar, invalidar,

questionar ou de qualquer forma afetar as Autorizações Governamentais ou esta Escritura de Emissão e os demais Documentos da Oferta;

- 12.1.12. Não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração de sua situação econômico-financeira ou jurídica em prejuízo dos Investidores Qualificados das Debêntures;
- 12.1.13. Seus bens e ativos operacionais e relacionados a seu objeto social encontram-se devidamente segurados, conforme práticas correntes no segmento em que atuam;
- 12.1.14. Não tem conhecimento de qualquer conselheiro, diretor, agente, empregado (i) utilizou quaisquer de seus recursos para qualquer contribuição ou doação ilícita a partidos políticos, governos ou funcionários públicos; (ii) efetuou qualquer pagamento ilícito, direto ou indireto, a qualquer oficial do governo ou funcionário público; (iii) efetuou qualquer pagamento ou praticou qualquer ato que viole qualquer disposição da Lei nº. 9.613, de 3 de março de 1998; ou (iv) levou a efeito qualquer suborno, pagamento ilegal para tráfico de influência, propina ou outro pagamento ilícito;
- 12.1.15. Não está submetida a processos de falência ou recuperação judicial;
- 12.1.16. Não há, nesta data, (i) quaisquer títulos de sua emissão ou contra si sacados, que tenham sido apresentados para protesto ou que tenham sido protestados, de valor unitário e/ou agregado igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas), excetuados os que, apresentados para protesto, tenham sido objeto de pedido de sustação de protesto seguido, conforme o caso, da respectiva ação principal, com razoáveis fundamentos de direito; ou (ii) dívida vencida e não paga de sua responsabilidade, de valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) (ou seu contravalor em outras moedas) ou a sua constituição em mora por atraso no pagamento de obrigações de mesmo valor ou cujo montante possa, de qualquer forma, vir a prejudicar o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão;
- 12.1.17. Tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, a Emissora não poderá realizar outra oferta pública de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do envio da comunicação de encerramento à CVM a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM, nos termos do artigo 9º, da Instrução CVM 476;
- 12.1.18. Não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Oferta; e

- 12.1.19. As suas demonstrações financeiras, relativas ao último exercício social encerrado e ano imediatamente anterior, assim como as suas informações relativas ao último trimestre encerrado, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e foi devidamente elaborada em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, de forma consistente com práticas passadas.
- 12.1.20. Manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- 12.1.21. Não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo a Emissora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa causar um impacto adverso relevante na sua situação financeira ou nas suas operações, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras disponibilizadas pela Emissora ao mercado;
- 12.1.22. Está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;
- 12.1.23. Os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- 12.1.24. Os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário são substancialmente corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações materialmente relevantes delas decorrentes;
- 12.1.25. Não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;

12.1.26. Cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, incluindo, sem limitação, a obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 4.4 desta Escritura; e

12.1.27. Tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração do CDI, e que a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade entre a Emissora e os Coordenadores, em observância ao princípio da boa-fé.

12.2. Os Acionistas neste ato declaram e garantem que:

- i. Estão devidamente aptos a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com as suas obrigações aqui previstas;
- ii. Não (i) utilizaram quaisquer de seus recursos para qualquer contribuição ou doação ilícita a partidos políticos, governos ou funcionários públicos; (ii) efetuaram qualquer pagamento ilícito, direto ou indireto, a qualquer oficial do governo ou funcionário público; (iii) efetuaram qualquer pagamento ou praticou qualquer ato que viole qualquer disposição da Lei nº. 9.613, de 3 de março de 1998; ou (iv) levaram a efeito qualquer suborno, pagamento ilegal para tráfico de influência, propina ou outro pagamento ilícito;
- iii. Não firmaram nenhum instrumento que possa, ainda que indiretamente, afetar ou colocar em risco as garantias constituídas para esta Emissão; e
- iv. As obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Oferta constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições.

12.3. **Indenizações.** As declarações e garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão subsistirão até o pagamento integral das Debêntures, ficando a Emissora responsável, de forma irrevogável e irretratável, por indenizar os Debenturistas por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e comprovados pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das declarações prestadas nos termos das Cláusulas 12.1 e 12.2 acima, sem prejuízo da possibilidade de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário.

13. DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Comunicações

13.2. Todas as comunicações relativas a esta Escritura de Emissão (“Comunicações”) serão feitas por escrito e em português e entregues pessoalmente, via fax, carta com aviso de recebimento ou por empresa *courrier* de renome.

13.3. As Comunicações para a Emissora, para a CETIP e para o Agente Fiduciário deverão ser enviadas para o endereço abaixo indicado ou para outra pessoa ou endereço eventualmente por eles indicado.

Para a Emissora:

Mais Próxima Comercial e Distribuidora S.A.

Avenida Pedroso de Moraes, nº 1553 - 6º andar, conjunto 61, Alto de Pinheiros

São Paulo – SP

CEP: 05419-001

At.: Marcos Brando

Tel.: + 55 (11) 2344-2663

Fax: +55 (11) 2528-9542

E-mail: marcos.brando@maisproxima.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A DTVM

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514

Rio de Janeiro - RJ

At.: Marco Aurélio Ferreira (Backoffice financeiro) / Srtª Nathalia Machado (Assuntos jurídicos e estruturação)

Tel.: + 55 (21) 3385-4571

Fax: + 55 (21) 3385-4046

E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br /juridico@pentagonotrustee.com.br

Para o Banco Mandatário:

Itaú Unibanco S.A.

Praça Egydio de Souza Aranha, nº 100

At.: Douglas de Castro Callegari

Tel.: +55 (11) 2797-4431

Fax: +55 (11) 2797-3140

E-mail: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br

Para a Instituição Escrituradora:

Itaú Corretora de Valores S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, 3400 10º andar

São Paulo - SP

CEP: 04538-132

At.: Douglas de Castro Callegari

Tel.: +55 (11) 2797-4431

Fax: +55 (11) 2797-3140

E-mail: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP:

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar, Jardim Paulistano

01452-001 - São Paulo, SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

E-mail: gr.debentures@cetip.com.br

13.4. As comunicações referentes a esta Escritura serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem.

13.5. Qualquer modificação dos endereços dispostos na Cláusula 13.3 acima deverão ser comunicadas imediatamente ao Agente Fiduciário, ao Banco Mandatário, à Instituição Escrituradora, à CETIP pela Emissora.

13.6. Renúncia

13.6.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

13.7. Veracidade da Documentação

- 13.7.1. Caso uma ou mais disposições contidas nesta Escritura de Emissão sejam consideradas ou se tornarem inválidas, ilegais, fora de vigência ou inexecutíveis em qualquer aspecto, a validade, a legalidade, a vigência ou a executibilidade das outras disposições contidas nesta Escritura de Emissão não será afetada, nem prejudicada de forma alguma como resultado desse fato. A disposição inválida, ilegal, ineficaz ou inexecutível será substituída por uma disposição cujo efeito econômico se aproximar o máximo possível do efeito econômico da disposição inválida, ilegal, ineficaz ou inexecutível. O mesmo aplicar-se-á se existir lacuna nesta Escritura de Emissão.
- 13.7.2. Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.
- 13.7.3. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes em qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações presentes na Escritura, bem como nas deliberações societárias e em atos da administração da Companhia ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Companhia ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Companhia elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
- 13.7.4. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.
- 13.7.5. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do

estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução nº 28 da CVM, conforme alterada e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

13.8. Independência das Disposições da Escritura e Interpretação dos Títulos das Cláusulas

13.8.1. Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

13.9. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

13.9.1. Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

13.10. Cômputo dos Prazos

13.10.1. Exceto se de outra forma especificamente disposto nesta Escritura, os prazos estabelecidos na presente Escritura serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.

13.11. Irrevogabilidade e Sucessores

13.11.1. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, prevalecendo sobre qualquer outro documento anteriormente firmado pelas Partes e pelo Agente Fiduciário e não poderá ser alterada ou modificada em nenhuma de suas cláusulas ou condições, salvo mediante acordo por escrito, assinado pelas Partes e com aprovação prévia dos Debenturistas.

13.12. Despesas

13.12.1. Todos e quaisquer custos incorridos com a Emissão ou com a estruturação, emissão, registros e execução das Debêntures, incluindo inscrições, registros, contratação da CETIP e do Agente Fiduciário, e de outros prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

13.13. Correção de Valores

13.13.1. Para fins de verificação do cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, todos os valores de referência em Reais (R\$) dela constantes deverão ser corrigidos pela variação do IGP-M, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura, observado que tal disposição não se aplica a valores relacionados às Debêntures propriamente ditas, tais como o Valor Nominal Unitário das Debêntures ou os Juros Remuneratórios.

13.14. Lei Aplicável

13.14.1. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

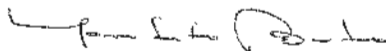
13.15. **Foro**

- 13.15.1. Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as Partes certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 06 de Setembro de 2012.

MAIS PRÓXIMA COMERCIAL E DISTRIBUIDORA S.A.



Nome: Marcos Souto Brando

Cargo: Diretor Presidente

PENTÁGONO S.A DTVM



Nome: Marcos Santos de Amorim

Cargo:

Testemunhas:

1-

Nome: Jureia A. de Oliveira
CPF/MF: 338.922.638-92
RG: 44.592.556-5 SSP-SP

2-

Nome: Vinicius Henrique da Silva
CPF/MF: 385.372.288-18
RG: 44.592.556-5 SSP-SP



SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO
ECONÔMICO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO
DEBENTURE
CERTIFICO O REGISTRO
SOB O NÚMERO
GISELA SINTENA CESCHIN
SECRETÁRIA GERAL

ED001008-0/000



JUCESP